



ReLePe

II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil

AS PESQUISAS SOBRE AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: LIMITES E DESAFIOS À PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

LAS INVESTIGACIONES SOBRE LAS POLÍTICAS DE EDUCACIÓN PROFESIONAL EN BRASIL: LÍMITES Y DESAFÍOS PARA LA PRODUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO

RESEARCH ON PROFESSIONAL EDUCATIONAL POLICIES IN BRAZIL: OBSTACLES AND ALTERNATIVES FOR THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE

Moacir Gubert Tavares
Universidade Estadual de Ponta Grossa - Brasil
E-mail: moacirgubert@hotmail.com

Eixo temático 2: Debates, enfoques e perspectivas epistemológicas da política educacional

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de identificar quais os principais referenciais teóricos e “investigadores referentes” utilizados pelos pesquisadores que se dedicam às pesquisas sobre políticas de Educação Profissional no Brasil, bem como os limites e desafios que estas pesquisas apresentam em comparação a outras que não estão circunscritas a este âmbito. Na primeira parte do texto, analisou-se um conjunto de 19 teses e 31 dissertações, as quais foram categorizadas segundo as perspectivas epistemológicas e os “investigadores referentes” utilizados para a sua fundamentação. Na segunda seção, foram colocadas em evidência algumas questões que estão no centro do debate acerca das pesquisas do Grupo de Trabalho “Trabalho e Educação” – GTTE da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, que atualmente abrange parte significativa das pesquisas sobre políticas de Educação Profissional no Brasil. A terceira parte do texto introduz o debate instalado no interior da *Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe), apresentando os entraves colocados à Pesquisa em Política Educacional, o que tem tornado mais lentos os avanços nesse “campo”. Na quarta e última seção, realizou-se uma contextualização histórica com o objetivo de compreender como os diferentes aspectos envolvidos na produção do conhecimento em Educação interferiram na sua constituição como “área” de pesquisa no Brasil. Ao final da pesquisa, chegou-se à conclusão de que há uma forte tendência entre os investigadores que se dedicam às pesquisas sobre políticas de Educação Profissional no sentido de não explicitarem os referenciais teóricos e os posicionamentos epistemológicos assumidos em suas pesquisas.

Palavras-chave: Perspectivas epistemológicas. Investigadores referentes. Pesquisas sobre políticas de Educação Profissional.

Resumen: Este trabajo tiene el objetivo de identificar los principales referenciales teóricos e “investigadores-referentes” utilizados por los investigadores que se dedican a la investigación sobre políticas de Educación Profesional en Brasil, así como los límites y desafíos que estas investigaciones presentan en comparación a otras que no



están circunscriptas a este campo. En la primera parte del texto, se analizó un conjunto de 19 tesis y 21 disertaciones, las cuales fueron categorizadas siguiendo las perspectivas epistemológicas y los “investigadores-referentes” utilizados en su fundamentación. En la segunda sección, se evidencian algunas cuestiones que están en el centro del debate sobre la investigación del Grupo de Trabajo “Trabajo y Educación” – GTTE que es parte constituyente de la Asociación Nacional de Estudios de Posgrado e Investigación en Educación – ANPED, que actualmente cubre una parte significativa de las investigaciones en políticas de educación profesional en Brasil. La tercera parte del texto introduce el debate instalado en el interior de la Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa (ReLePe), que muestra la obstrucción de la investigación en la política educativa, que produjo progresos más lentos en este “campo”. En la cuarta y última sección, se realizó una contextualización histórica para comprender cómo los diferentes aspectos que intervienen en la producción del conocimiento en educación interfirieron en su constitución como “área” de investigación en Brasil. Al final de la investigación, se legó a la conclusión de que hay una fuerte tendencia entre los investigadores dedicados a la investigación sobre las políticas de educación profesional en el sentido de que no explicitan los referenciales teóricos y posicionamientos epistemológicos adoptados en sus investigaciones.

Palabras clave: Perspectivas epistemológicas. Investigadores-referentes. Investigación sobre políticas de Educación Profesional.

Abstract: This article aims to identify the epistemological perspectives and "referring authors" applied by researchers on Professional Educational policies in Brazil, as well as the limits and challenges they present research compared to others that are not confined to this field. In the first part of the text, we analyzed a set of 19 theses and 31 dissertations, which were categorized according to the epistemological perspectives and "referring authors" applied for his reasons. In the second section, were placed in evidence some issues that are central to the debate about the research of the Working Group "Work and Education" - GTTE that belongs to National Association of Graduate Studies and Research in Education - ANPED, which currently covers a significant part of Professional Educational policies in Brazil. The third part of the text introduces the discussion installed inside the Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa (ReLePe), showing the obstruction of Research in Educational Policy, which has made slower progress in this "field". The fourth and last section, there was a historical context in order to understand how the different aspects involved in the production of knowledge in education interfered in its constitution as a "field" research in Brazil. At the end of the research, came to the conclusion that there is a strong tendency among researchers engaged in research about the policies of professional education in the sense of not spelling out the theoretical frameworks and epistemological positions taken in their research.

Keywords: Epistemological perspectives. Referring authors. Researches on Professional Educational policies.



Introdução

Este trabalho está relacionado a uma pesquisa mais ampla, que se vincula à tese de doutorado¹ que tem como título “A constituição e a implantação dos Institutos Federais no contexto da expansão do Ensino Superior no Brasil: o caso do IFC – Campus Rio do Sul”. Dentre os procedimentos metodológicos realizados durante a sua elaboração, foi realizado um levantamento de teses e dissertações – a partir do Banco de Teses da Capes² – que apresentassem uma potencial contribuição para a análise das políticas que desencadearam a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, bem como do processo de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs.

A partir dos resumos disponibilizados³ *online*, foram identificados os referenciais teóricos e/ou “investigadores referentes” a partir dos quais os pesquisadores fundamentaram suas pesquisas. Segundo Tello e Mainardes (2012, p. 6), os “investigadores referentes” são pesquisadores que se destacam devido ao amplo reconhecimento de suas pesquisas, a tal ponto que as perspectivas teóricas, as categorias e os conceitos utilizados para fundamentar suas pesquisas acabam sendo assumidos por uma parte significativa de outros pesquisadores, que acabando tomando estes primeiros como referência para o desenvolvimento de suas pesquisas. A análise dos 50 trabalhos (entre teses e dissertações) incluídos no levantamento suscitou uma série de preocupações e questionamentos, que por sua vez motivaram as questões que nortearam a elaboração das demais seções que integram este trabalho.

¹ A referida tese, que está sendo desenvolvida no está em fase final de elaboração, com previsão de defesa para o segundo semestre de 2014.

² O Banco de Teses da Capes pode ser consultado a partir do sítio eletrônico www.capes.cnpq.gov.br.

³ Foram consideradas as teses e dissertações disponibilizadas no Banco de Teses da Capes até a data de 12 de julho de 2013.



Na segunda seção, foram analisados alguns levantamentos sobre as pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa “Trabalho e Educação” – GTTE da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. Este Grupo reúne alguns dos mais importantes pesquisadores brasileiros no que se refere a políticas de Educação Profissional no Brasil, ainda que esta temática seja apenas uma dentre tantas outras que têm sido privilegiadas pelos seus integrantes. Desta forma foi possível estabelecer algumas correlações entre as pesquisas em “Trabalho e Educação” e as teses e dissertações analisadas na primeira seção, sob o aspecto epistemológico.

Na terceira seção, o texto abriu espaço para um debate iniciado em 2011, envolvendo professores e pesquisadores da *Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe). As pesquisas desenvolvidas por esta Rede evidenciaram questões importantes com relação ao modo como os diferentes pesquisadores se posicionam diante das diferentes perspectivas epistemológicas nas investigações que tomam como objeto as Políticas Educacionais. Esse diálogo com os resultados que vêm sendo obtidos pela ReLePe indicam que alguns dos problemas verificados nas teses e dissertações analisadas na primeira parte do texto não se restringem às pesquisas sobre Políticas de Educação Profissional.

Na quarta seção, realizou-se uma contextualização histórica, a partir de diferentes autores, com o objetivo de compreender como a “Educação” se constituiu como “campo científico” no Brasil. O conceito de “campo científico” tem sua origem em Bourdieu (1994), que o define

[...] enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado. (BOURDIEU, 1994, p.122).

A análise dos diferentes elementos históricos que acompanharam a evolução do “campo” da educação foi fundamental para que se pudesse



compreender os desafios colocados aos pesquisadores, seja no âmbito das Políticas Educacionais, em geral, ou no conjunto das políticas de Educação Profissional.

Investigando as políticas de Educação Profissional no Brasil: qual epistemologia?

Os dados empíricos apresentados nesta primeira seção foram obtidos a partir da leitura de resumos correspondentes a 19 teses e 31 dissertações relacionadas a políticas de expansão da Educação Profissional, bem como à criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs⁴. Quase metade das teses e dissertações analisadas realizaram abordagens históricas, destacando os efeitos de sucessivos programas, reformas e políticas educacionais sobre a identidade institucional das escolas e centros federais de Educação Profissional. O segundo aspecto mais abordado nos trabalhos analisados, o qual também merece destaque, é o processo conhecido como “diferenciação para cima”⁵, que na década de 1990 se traduziu pela transformação das escolas técnicas federais - ETFs em centros federais de educação tecnológica - CEFETs e, mais recentemente, foi retomado mediante a transformação das escolas agrotécnicas federais - EAFs e da maioria dos CEFETs em Institutos Federais, cabendo-lhes, além da continuidade da oferta de cursos técnicos, a atribuição de ofertar o Ensino Superior⁶.

⁴ A criação dos IFs está vinculada ao esforço empreendido pelo governo federal, ao longo das décadas passada e atual, no sentido de ampliar o número de vagas em cursos superiores mantidos pela esfera federal.

⁵ A “diferenciação para cima” é uma expressão de Wilson (1996) e que mais tarde foi incorporada por Cunha (2000, p. 51) no texto “Ensino Médio e Ensino Técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile”. A “diferenciação para cima” corresponde a um processo de elevação da qualificação da força de trabalho que se encontra em andamento em diversos países, como estratégia dos governos nacionais para enfrentar a competição em um mercado cada vez mais globalizado.

⁶ De acordo com Nascimento (2007, p. 304), a oferta de cursos superiores de curta duração em escolas e centros federais de Educação Profissional teve início no final da década de 1960, após a promulgação do Decreto-Lei nº 547/69. Na década de 1990, houve ampla difusão dos chamados cursos superiores de tecnologia (CST), de curta duração, nas instituições de ensino integrantes da Rede Federal de Educação Profissional. Com a criação dos Institutos Federais,



Quanto aos aspectos epistemológicos considerados neste levantamento, o Quadro 1 apresenta os referenciais teóricos e os “investigadores referentes” que fundamentaram os trabalhos selecionados. Os resultados foram classificados por categorias e separados conforme a natureza do trabalho, ou seja, dissertação ou tese.

Quadro 1 - Categorização dos trabalhos analisados segundo o referencial teórico utilizado - Brasil, 2013

Categorização dos resultados	Tese	Dissertação	Total
Trabalhos que adotaram Marx ou o Materialismo Histórico Dialético	3	1	4
Trabalhos que adotaram Marx e autores não marxistas	-	1	1
Trabalhos que adotaram Gramsci	2	-	2
Trabalhos que adotaram autores marxistas brasileiros	1	1	2
Trabalhos que adotaram autores marxistas brasileiros e autores não marxistas	-	3	3
Trabalhos que adotaram autores não marxistas	4	3	7
Trabalhos que não explicitaram o referencial teórico utilizado.	9	22	31
Total	19	31	50

Fonte: O autor.

A constatação mais evidente, a partir do Quadro 1, é de que em mais da metade dos casos não foi possível identificar qual o referencial teórico utilizado pelos pesquisadores. De um total de 50 trabalhos, 31 não traziam esta informação. Isso ocorreu em nove teses e em 22 dissertações.

Considerando-se apenas os 19 trabalhos em que os autores assumiram algum referencial teórico, foi possível constatar 12 ocorrências, entre teses e dissertações, em que são feitas referências ao Materialismo Histórico Dialético e/ou a autores marxistas. Em quatro casos diferentes, a fundamentação teórica e epistemológica é buscada diretamente em Marx ou no Materialismo Histórico Dialético, sem menção específica a um autor. Houve ainda uma referência a Marx (trabalho de dissertação) associada a autores não marxistas. A obra de Gramsci foi utilizada para fundamentar outros dois trabalhos (neste caso, duas

a partir da Lei 11.892/08, estas instituições de ensino passaram a ofertar também, além dos cursos técnicos e dos cursos superiores de tecnologia, cursos de graduação plena, nas modalidades de licenciatura e de bacharelado.



teses). Ocorreram ainda dois casos em que os pesquisadores optaram por adotar somente autores marxistas brasileiros⁷. Em pelo menos três trabalhos (dissertações, neste caso), os fundamentos epistemológicos foram fornecidos por autores marxistas brasileiros associados a autores não marxistas. Enquanto isso, um total de sete pesquisas tornou explícita a adoção de autores não marxista, sem qualquer relação com Marx, Gramsci ou outros autores marxistas.

É importante ressaltar que nos casos em que os pesquisadores se utilizaram apenas de autores marxistas brasileiros como “investigadores referentes”, foi possível constatar que suas pesquisas foram sustentadas sobre uma diversidade de categorias essencialmente ligadas à teoria gramsciana. Em alguns trabalhos, ao abordarem temas como o Ensino Médio integrado ao Ensino Técnico, as reformas educacionais e as reformas do Estado, por exemplo, os pesquisadores acabaram assumindo algumas das categorias desenvolvidas por Gramsci, mesmo sem fazer referência direta a este autor. Foi possível perceber, portanto, a filiação teórica e epistemológica destes autores marxistas brasileiros à obra de Gramsci.

Quanto aos referenciais teóricos e/ou “investigadores referentes” não marxistas, foram citados os seguintes: Guba e Lincoln (1989), Sousa Santos (1995), Habermas (1989), Bourdieu (1983), Fairclough (2001), Ball e Bowe (1992), Bernstein (1996), Dale (2001). Estes autores foram referenciados ao longo de oito trabalhos diferentes. Alguns deles foram tomados individualmente, enquanto outros estiveram associados a autores marxistas. Nenhum destes autores foi referenciado mais de uma vez ou em mais de uma pesquisa.

Desde as primeiras análises das pesquisas sobre políticas de Educação Profissional relacionadas no Quadro 1, muitas preocupações emergiram diante do autor do presente trabalho. Em primeiro lugar, por que ao observar os dados

⁷ Dentre os autores marxistas brasileiros referenciados em diferentes pesquisas, individualmente ou associados a outros autores marxistas e não marxistas, foram referenciados: Gaudêncio Frigotto, Ricardo Antunes, Maria Ciavatta e Acácia Kuenzer.



se tem a impressão de que boa parte dos estudantes de pós-graduação em educação (que neste caso são considerados pesquisadores, ainda que em formação), não atribui importância ao “uso consciente e reflexivo”⁸ dos referenciais teóricos existentes. O elevado número de teses e dissertações que não explicitam os referenciais teóricos ou os “investigadores referentes” que poderiam caracterizar as suas escolhas, em termos epistemológicos, reforça essa suspeita.

Considerando-se a possibilidade de que a suspeita que acaba de ser levantada tenha fundamento na realidade, pode-se supor⁹ que, mesmo entre os pesquisadores que explicitaram suas opções em termos de referencial teórico, alguns o tenham feito aleatoriamente, juntando diferentes teorias e conceitos sem levar em conta as inconsistências (teóricas e epistemológicas) que podem decorrer deste equívoco.

Frente ao exposto, cabe indagar: em quais aspectos a produção do conhecimento sobre políticas de Educação Profissional se assemelham e/ou se distinguem das pesquisas em Políticas Educacionais, em geral? Os problemas e preocupações que afligem as pesquisas sobre políticas de Educação Profissional seriam os mesmos que se apresentam às pesquisas desenvolvidas em outros “campos” ou “subáreas” da educação?

Na seção seguinte, o texto introduzirá o debate teórico que vem sendo realizado no interior do Grupo de Trabalho “Trabalho e Educação” – GTTE da ANPED. Espera-se que os avanços históricos obtidos por este Grupo contribuam também para a compreensão dos problemas e para produção do conhecimento no âmbito das pesquisas sobre políticas Educação Profissional no Brasil.

⁸ Para o professor e pesquisador Stephen J. Ball, da Universidade de Londres, o uso consciente e reflexivo do referencial teórico é um desafio para a produção do conhecimento em Política Educacional. (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 314).

⁹ Em razões dos limites deste tipo de trabalho, não foi possível analisar se os referenciais teóricos explicitados nas teses e dissertações analisadas foram utilizados de forma coerente com os fundamentos ontológicos e epistemológicos propostos pelos seus autores.



Epistemologia da pesquisa em “trabalho e educação”: aspectos históricos e caracterização

A produção de teses e dissertações sobre Educação Profissional no Brasil ganhou impulso importante após a formação de Grupos de Trabalho no interior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, em 1981. Dentre os vários Grupos de Trabalho – GTs criados naquele ano foi inaugurado o GT “Educação e Trabalho”, cujo nome foi substituído por GT “Trabalho e Educação” – GTTE, em 1986 (BOMFIM, 2006, p. 26).

A criação do GTTE tornou possível a congregação de pesquisadores interessados na realização de estudos sobre

as relações que se estabelecem entre o mundo do trabalho e a educação, nelas cabendo a **educação profissional**, formação sindical, reestruturação produtiva, organização e gestão do trabalho, trabalho e escolaridade, subjetividade e trabalho. (TREIN; CIAVATTA, 2003, p. 140, grifo nosso).

A partir da citação de Trein e Ciavatta (2003, p. 140), apresentada acima, é possível constatar que apesar da Educação Profissional constar no rol das temáticas de pesquisa do GTTE, há vários outros objetos de investigação abordados por este GT. Pode-se verificar também que estas temáticas influenciaram a formação de linhas pesquisa no interior deste Grupo de Trabalho, definidas em 1986 como sendo as seguintes: Educação e trabalho: teoria e história; Trabalho e Educação Básica; Profissionalização e Trabalho; Trabalho e Educação nos Movimentos Sociais; Educação do trabalhador nas relações sociais de produção. (TREIN; CIAVATTA, 2003, p. 141).

Mas se por um lado a área de Trabalho e Educação tornou-se um importante fórum para que se debatesse, entre outras questões, os problemas da Educação Profissional, por outro é necessário ressaltar que pesquisas acerca dessa temática já haviam sido produzidas antes mesmo da criação do Grupo de Trabalho – “Trabalho e Educação”. Algumas foram produzidas antes mesmo da criação da própria ANPED. Em 1972, por exemplo, Luiz Antônio Cunha defendeu sua dissertação na PUC do Rio de Janeiro sob o título “O



Ensino Técnico industrial e a profissionalização do Ensino Médio”. Dois anos depois, Celso João Ferretti defendeu sua dissertação na PUC de São Paulo, intitulada “A avaliação de um programa em formação escolar profissional”. A dissertação de Acácia Kuenzer, defendida em 1979 na PUC do Rio Grande do Sul, trazia como título “A formação de recursos humanos de nível intermediário”. Também em 1979, a dissertação intitulada “Educação e divisão social do trabalho: contribuição ao estudo do Ensino Técnico brasileiro” foi defendida por Lucília Regina de Souza Machado, na UFMG. Estas quatro dissertações, só para citar algumas, demonstram que a preocupação com as questões relacionadas à Educação Profissional já estavam presentes na pesquisa em educação no Brasil, antecedendo o próprio GTTE.

Tal como ocorreu no GTTE, houve ampla difusão das pesquisas em “Trabalho e Educação” nas universidades brasileiras, principalmente em função do estabelecimento de linhas de pesquisa correlatas à esta “subárea” nos Programas de Pós-Graduação em Educação – sobretudo na PUC de São Paulo – que se articulavam às pesquisas desenvolvidas no GTTE (TUMOLO, 2005, p. 12). No que tange à Educação Profissional, mais especificamente, algumas teses de doutorado se destacaram durante a década de 1980 pelas contribuições que trouxeram ao debate sobre essa temática, seja pela sua abordagem como objeto de estudo ou pelos debates travados em torno de questões afetas a esta temática: Gaudêncio Frigotto defendeu a tese “A improdutividade da escola improdutiva”, em 1983; Acácia Kuenzer defendeu a tese da “Pedagogia da Fábrica”, em 1984, mesmo ano da defesa de tese de Lucília Regina Machado, cujo título era “Politecnicidade, Escola Unitária e Trabalho; já na segunda metade daquela década, em 1987, Celso João Ferretti defendeu a tese “Trabalho e orientação profissional: um estudo sobre a inserção de trabalhadores da grande São Paulo na trajetória ocupacional”. As quatro teses citadas foram defendidas na PUC de São Paulo.

Outra característica distintiva das pesquisas do GTTE em relação a outros GTs é a sua identificação com o referencial teórico marxista, principalmente o de vertente gramsciana. Esta característica, aliás, acompanha este GT desde a sua fundação, em 1981 (BOMFIM, 2006, p. 27). A Figura 1,



apresentada na sequência do texto, dá a dimensão da força que se estabeleceu historicamente na relação entre o GTTE e o referencial teórico marxista.

Quadro 2 - Autores-referência do GTTE da ANPED, 1998-2004

Autores que obtiveram destaque nos últimos anos no GT T&E	Incidência* (percentual com que apareceram nos trabalhos)							Média (aprox.)
	Ano 1998/21ª RA	Ano 1999/22ª RA	Ano 2000/23ª RA	Ano 2001/24ª RA	Ano 2002/25ª RA	Ano 2003/26ª RA	Ano 2004/27ª RA	
MARX, Karl	50%	36,8%	13,3%	50%	44,4%	35,2%	15%	≅ 35%
FRIGOTTO, Gaudêncio	30%	36,8%	13,3%	10%	50%	23,5%	20%	≅ 26%
MACHADO, Lucília	40%	26,3%	20%	15%	22,2%	35,2%	30%	≅22%
BRASIL (GOV)	-	21%	13,3%	20%	22,2%	35,2%	30%	≅ 20%
HIRATA, Helena	20%	42%	26,6%	-	22,2%	11,7%	15%	≅ 20%
ANTUNES, Ricardo	20%	31,5%	-	20%	22,2%	29,4%	10%	≅ 19%
KUENZER, Acácia	-	21%	20%	10%	38,8%	-	35%	≅18%
LEITE, Marcia de P.	30%	-	33,3%	10%	22,2%	-	-	≅ 14%
FERRETTI, Celso	30%	10,5%	-	10%	22,2%	-	10%	≅12%
GRAMSCI, Antônio	30%	15,7%	-	15%	11%	-	10%	≅12%
FIDALGO, Fernando	20%	10,5%	-	-	16,6%	-	-	≅ 11%
GENTILI, Pablo	-	31,5%	-	20%	16,6%	-	-	≅10%
HARVEY, David	-	21,3%	13,3%	-	11%	-	15%	≅ 9%

Fonte: adaptado de Bomfim (2006, p. 41).

Nota: * Incidências menores que 10% foram representas por "-".

A partir dos dados do Quadro 2, torna-se mais fácil compreender alguns dos aspectos verificados nos trabalhos de pesquisa analisados na primeira seção deste texto. Em primeiro lugar, a predominância do referencial teórico marxista, de vertente gramsciana, explica não só a presença de Marx e Gramsci entre as teses e dissertações analisadas, mas também os motivos da forte filiação dos autores marxistas brasileiros à teoria de Gramsci, mesmo nos casos em que este último autor não é referenciado.



Em segundo lugar, fica evidente a enorme influência que alguns autores brasileiros, muitos dos quais ajudaram a fundar o GTTE, exercem na produção do conhecimento relacionado à “subárea” “Trabalho e Educação”. Pela elevada incidência destes autores nas pesquisas produzidas pelo Grupo, eles acabaram assumindo a condição de “autores-referência”¹⁰, expressão originalmente utilizada por Bomfim no título do Quadro 2 (BOMFIM, 2006, p. 41). Muitas vezes, as teorias e conceitos por eles utilizados derivam das concepções teóricas e epistemológicas de Marx e Gramsci. Em alguns casos, estes “autores-referência” alcançam um nível de adesão por outros pesquisadores que supera os índices de adesão obtidos pelo próprio Marx e/ou por Gramsci.

Mas há um aspecto sobre o qual o diálogo com o GTTE não trouxe contribuição. Nenhuma referência foi verificada quanto a pesquisas que não explicitam os referenciais teóricos que fornecem os seus fundamentos epistemológicos. Por esta razão, o texto seguirá estabelecendo um novo diálogo. Na seção 3, o texto introduzirá o debate iniciado no interior da ReLePe acerca da epistemologia da pesquisa em Políticas Educacionais na América Latina.

Problemas epistemológicos das pesquisas em política educacional no Brasil e na América Latina

Os problemas relacionados à epistemologia da pesquisa em política educacional tem sido alvo de estudos no Brasil e na América Latina. Tais estudos contam com a participação de pesquisadores da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, do México e do Uruguai, além da colaboração de

¹⁰ Com a devida cautela, é possível estabelecer certa aproximação entre o conceito de “investigador referente”, de Tello e Mainardes (2012), e o conceito de “autores-referência”, de Bomfim (2006), na medida em que, em ambos os casos, há uma intenção de caracterizar autores que, pela incidência do seu uso por outros pesquisadores, acabam exercendo influência importante num determinado “campo”.



pesquisadores do Reino Unido e dos Estados Unidos. (MAINARDES; STREMELE, 2012, p. 3).

A pesquisa realizada por Tello e Mainardes (2012), já citada, evidencia que, com relativa frequência, os investigadores das políticas educacionais não têm explicitado os referenciais teóricos utilizados em suas pesquisas, o que os têm impedido de chegar a um uso mais consciente dos referenciais teóricos. As primeiras análises quanto à consistência e significado do que foi produzido pela pesquisa em política educacional no Brasil apontam uma série de equívocos teóricos, metodológicos e epistemológicos que, conseqüentemente, podem tornar nulos ou pouco significativos os resultados destas investigações, tanto no âmbito da comunidade científica a qual estas se vinculam quanto no contexto da sociedade em geral.

As diferentes perspectivas ou posicionamentos epistemológicos, quando adotados de forma consciente em uma pesquisa, levam em conta os pontos de vista que os pesquisadores apresentam com relação ao mundo e à sociedade em que vivem. Conseqüentemente, as funções a serem desempenhadas pela educação, pela escola e pelo professor no interior da sociedade, tendem a refletir estes pontos de vista. Da mesma forma, os valores éticos do investigador estão implicados em suas opções epistemológicas, na medida em que a perspectiva teórica em que a pesquisa se ancora determina e aponta para certas indagações e não para outras. (GEWIRTZ e CRIBB, 2011).

O artigo de Tello e Mainardes (2012, p. 3), já citado, apresenta resultados parciais de uma pesquisa que analisa artigos relacionados à pesquisa em Política Educacional, produzidos em seis países da América Latina. O objetivo destes autores era “apresentar um panorama dos principais debates teóricos na investigação em Política Educacional na América Latina” (TELLO; MAINARDES, 2012, p.3), para o qual foram eleitos três perspectivas epistemológicas específicas: o neomarxismo, o pluralismo epistemológico e o pós-estruturalismo.

As preocupações apresentadas por estes autores se justificam, tendo em vista que



muitos investigadores não explicitam os pressupostos teóricos que sustentam suas análises [...] observando o uso de um conjunto de autores (muitas vezes de matrizes epistemológicas distintas) para sustentar as análises. Isto torna difusos e inconsistentes os fundamentos destas investigações. (MAINARDES, 2009, p.7).

Ao final do seu artigo, Tello e Mainardes (2012, p.24) apontam considerações bastante interessantes, dentre as quais se destaca:

- justamente por entenderem que seria muito difícil um pesquisador desenvolver ou encontrar resultados de uma pesquisa que siga uma única perspectiva epistemológica *strictu sensu*, eles destacaram a necessidade de que o investigador assuma um posicionamento epistemológico de modo a explicitar as razões das variações e adaptações realizadas na tentativa de explicar a realidade, conservando de algum modo, ao longo do texto, a matriz epistemológica escolhida;

- diferentes perspectivas epistemológicas podem convergir entre si, o que possibilita, por exemplo, que um conceito integrante de uma matriz epistemológica seja empregado em um texto que se baseia em uma matriz distinta, desde que o autor não o faça de forma aleatória, mas pelo contrário, procure sempre explicitar como construiu o seu posicionamento epistemológico;

- ao adotar determinada perspectiva epistemológica, o pesquisador assume compromissos éticos, tendo em vista que o posicionamento epistemológico assumido expressa sua visão de mundo, de homem e de sociedade, bem como os valores a partir dos quais construiu este posicionamento;

- existe uma carência de estudos no campo dos estudos epistemológicos de políticas educacionais, o que de certa forma justifica a realização desta pesquisa pelos autores.

A partir do debate que vem sendo realizado no âmbito da ReLePe, foi possível constatar que a publicação de pesquisas que não explicitam os referenciais teóricos utilizados pelos seus autores não é uma particularidade das pesquisas sobre políticas de Educação Profissional, e nem mesmo um problema restrito à pesquisa em Política Educacional no Brasil. Portanto, se



por um lado as teses e dissertações analisadas na primeira seção do texto apresentam algumas características bem particulares, tal como a predominância do referencial teórico marxista, de vertente gramsciana, elas apresentam em comum com as pesquisas em Política Educacional da América Latina a tendência de não explicitar os referenciais teóricos a partir dos quais os seus autores se baseiam.

Na seção seguinte, serão apresentados alguns elementos históricos sobre a constituição da Educação como “área” de estudo e de investigação. Espera-se que estes elementos permitam a identificação dos fatores que contribuíram para que as pesquisas realizadas nos âmbitos da Política Educacional e das políticas de Educação Profissional assumissem suas configurações atuais.

Elementos históricos sobre a constituição da educação como “área” de investigação no Brasil (século XX)

Em artigo intitulado “Questões epistemológicas da pesquisa em educação”, Severino (2010, p.480) indica que no contexto cultural brasileiro, ao longo dos últimos 50 anos, tem havido uma busca da instauração sistemática do campo científico da educação. Segundo o autor, com o advento da modernidade, a técnica se impõe como poder humano de manipulação do mundo: o único conhecimento eficaz para intervir no mundo natural. Alicerçada no parâmetro paradigmático do positivismo, a ciência assume o *status* de fonte de conhecimento verdadeiro, válido, legítimo. (SEVERINO, 2010, 481).

Analisando a questão pelo seu viés histórico, é possível afirmar que a perspectiva cientificista no Brasil surge a partir da Revolução de 1930, com a entrada da sociedade brasileira na sua modernidade, sob o bafejo do positivismo metodológico (SEVERINO, 2010, p. 484), constituindo-se a partir de três movimentos:

a) o primeiro, ocorrido na primeira metade do século XX, vinculava-se ao paradigma moderno da ciência (superação da abordagem metafísica e implantação dos projetos kantiano e comteano), considerado o único sistema



de conhecimento objetivo da realidade, centrado nas incidências quantitativas e na regularidade de funcionamento do mundo, seja ele o mundo natural ou o mundo social;

b) o segundo movimento, percebido na segunda metade do século XX, evidenciou a crise epistemológica das ciências humanas decorrente da impropriedade do reducionismo naturalista para o qual tendiam (ruptura do monismo metodológico), tendo como *lócus* os cursos de pós-graduação das universidades e suscitando oposições e conflitos teóricos e ideológicos a partir das correntes epistemológicas mais influentes: Materialismo Histórico Dialético, Fenomenologia e Semiótica Estrutural;

c) e o terceiro movimento, que ainda busca afirmação, vincula-se ao neoceticismo da perspectiva pós-moderna e às abordagens pós-estruturalistas, pretensamente desvinculadas de qualquer dos compromissos com todas as metanarrativas do discurso filosófico e científico. (SEVERINO, 2010, p. 484-486).

Com o objetivo de explicar as razões do reduzido impacto da pesquisa educacional sobre a qualidade do ensino e sobre a redução das desigualdades sociais, Alves-Mazzotti (2003) também realizou um resgate histórico dos primórdios da pesquisa em educação no país. Para a autora, desde seu início como atividade regular, com a criação do Inep, em 1938, a pesquisa em educação tem sido objeto de avaliação. A partir da década de 1970, com a publicação de teses e dissertações, a produção acadêmica se ampliou consideravelmente. (ALVES-MAZZOTTI, 2003, p.33-34).

Antes disso, no ano de 1990, Warde já analisava a qualidade das pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação em educação, alertando para um exagerado alargamento do conceito de pesquisa. Segundo a autora, este conceito ampliou-se de tal forma que hoje nele tudo cabe: “os folclores, os sentidos comuns, os relatos de experiência (de preferência a própria), para não computar os desabafos emocionais e os cabotinismos.” (WARDE, 1990, p.70). Na década seguinte, Alves-Mazzotti e Gewandszajder (2001, p. 52) mostravam-se convencidos de que não há nos dias de hoje, entre as diversas perspectivas filosóficas da ciência contemporânea, uma definição



consensual do que seja ciência. Para reforçar seu posicionamento acerca desta questão, Alves-Mazzoti (2003) assevera que

A ausência de critérios de demarcação consensuais e o abandono das falsas certezas prometidas pelo modelo positivista de ciência trouxeram uma considerável desorientação aos pesquisadores, principalmente no campo das ciências humanas e sociais, o que, frequentemente, descambou para o 'vale tudo'. Se de um lado essa desorientação parece compreensível, de outro vemos que o relativismo que se alastra em nossa área não tem contribuído para a construção de conhecimentos suficientemente relevantes e confiáveis para orientar políticas e práticas educacionais. (ALVEZ-MAZZOTTI, 2003, p.35).

Como mencionado anteriormente, o Inep contribuiu de forma decisiva para o desencadeamento e a construção do pensamento educacional brasileiro. Mas algumas décadas mais tarde, o contraste entre a ampliação do número de pesquisas e a reduzida contribuição destas investigações, sobretudo para as classes e frações de classe atendidas pela escola pública, emergiu como um sinal de alerta para a comunidade científica. O quadro abaixo resume, a partir da obra de Gatti (2010), as diferentes etapas da pesquisa em educação no Brasil.

Quadro 3 - Evolução histórica da pesquisa em educação no Brasil no século XX

Período	Caracterização do período
Primórdios do século XX	- Trabalhos esparsos dotados de certa preocupação científica com questões da área educacional.
Anos 30	- Criação do Inep e seu respectivo desdobramento no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e nos Centros Regionais do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Minas Gerais. - Desenvolvimento de bases metodológicas da pesquisa em educação, dadas pelo contraponto com as instituições de Ensino Superior e universidades da época, nas quais a produção de pesquisa em educação ou era rarefeita, ou inexistente.
Anos 40 e 50	- Irradiação de pesquisas e de formação em métodos e técnicas de investigação científica em educação, inclusive as de natureza experimental. - Intercâmbio entre pesquisadores desses centros e professores de cursos superiores. - Institucionalização da pesquisa, com a formação de fontes de dados e com a implantação de grupos voltados à pesquisa educacional em universidades. - Predominância de pesquisas voltadas ao enfoque psicopedagógico, até meados da década de 50. - Deslocamento do foco das pesquisas, no restante da década de 1950, para as condições culturais e tendências de desenvolvimento da sociedade brasileira.



Anos 60 e 70	<ul style="list-style-type: none">- Implementação de programas sistemáticos de pós-graduação, mestrados e doutorados, no final da década de 1960.- Intensificação das atividades desenvolvidas nos programas de formação no exterior e reabsorção desse pessoal.- Transferência do foco de produção e de formação de quadros para as universidades.- Fechamento dos Centros Regionais de Pesquisa do Inep e investimento nos programas de pós-graduação nas instituições de Ensino Superior.- A partir de meados da década de 60, ganham fôlego os estudos de natureza econômica, com trabalhos sobre a educação como investimento, demanda profissional, formação de recursos humanos, técnicas programadas de ensino, etc.- Em meados da década de 70, ampliam-se as temáticas de estudos, paralelamente ao aprimoramento metodológico, especialmente em algumas subáreas, mantendo-se, apesar disso, a predominância do enfoque tecnicista.- Intercâmbio de pesquisadores e disseminação de pesquisa educacional pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), a partir do final da década de 70.
Anos 80 e 90	<ul style="list-style-type: none">- Em meados da década de 80, intensifica-se um movimento lento e gradual que vai do regime de Ditadura Militar para o regime democrático.- As críticas ao enfoque científico tecnicista, associadas a um cenário de maior abertura às manifestações socioculturais, abrem espaço para as abordagens críticas.- Ocorrência de problemas de ordem metodológica na construção de algumas pesquisas e hegemonia das teorias de inspiração marxista na fundamentação de teses e dissertações produzidas na década de 80.- Forte expansão da formação de quadros no exterior, resultando mais tarde em grandes diversificações nos trabalhos, tanto em relação às temáticas quanto às formas de abordagem.- Análises contundentes quanto à consistência e significado do que vem sendo produzido sob o rótulo de “pesquisa educacional”.- Consolidação de diversos grupos de pesquisa, sob o acompanhamento tanto das Conferências Brasileiras de Educação, nos anos 80, como pelo desenvolvimento da ANPED, que conta com mais de 20 grupos de trabalho.- Expansão significativa de resultados de pesquisas em educação, apesar da constatação de problemas de fundo na própria produção das pesquisas.

Fonte: O autor, adaptado de Gatti (2010, p.15-21).

Apesar do levantamento de Gatti (2010) não contemplar as pesquisas realizadas na década de 2000, é possível perceber alterações importantes nos fundamentos teóricos e epistemológicos da pesquisa em educação ao longo do século XX, como bem destacaram Warde (1990, p. 70), Alvez-Mazzoti (2003, p. 35) e Severino (2010, p.484). Não obstante os avanços alcançados, tanto em termos metodológicos quanto em termos de ampliação e diversificação de grupos e temáticas de estudo, principalmente em algumas subáreas, permanecem alguns problemas de fundo na realização destas pesquisas.

Mas afinal, quais seriam estes problemas de fundo? Teriam estes problemas alguma relação com a não explicitação dos referenciais teóricos



pelos autores das pesquisas em educação, tal como se constatou na primeira e na terceira seção deste trabalho? Seria este um mal que acomete toda a pesquisa em educação? Onde estaria a origem do problema?

Os autores desta última seção podem fornecer algumas pistas. Num momento em que ganham cada vez mais terreno as pesquisas que rejeitam qualquer vinculação ou compromisso com as metanarrativas dos discursos filosófico e científico (SEVERINO, 2010, p. 486), e em que não há uma definição consensual para o que seja ciência (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2001, p. 52), é de se esperar a desorientação dos pesquisadores, a relativização do que vem a ser “pesquisa em educação”, ao ponto de descambar para uma espécie de “vale tudo”. (ALVES-MAZZOTTI, 2003, p.35). Os alertas feitos pelos autores permitem a formulação de (mais) algumas indagações: o atual estágio em que se encontra a pesquisa em educação não estaria induzindo parte dos pesquisadores ao abandono ou à relativização do rigor científico em suas investigações? Isto poderia estar contribuindo para a não explicitação dos referenciais teóricos pelos pesquisadores?

Em razão dos limites deste tipo de trabalho, tais indagações não serão respondidas aqui. Àqueles que, porventura, venham a se interessar pelas questões aqui levantadas, eu as deixo como provocações.

Considerações finais

A pesquisa sobre políticas de Educação Profissional, como se viu no presente trabalho apresenta uma série aspectos comuns (gerais) em relação a outras pesquisas em educação. A meu ver, dentre os problemas detectados, o mais grave é tendência de não explicitação dos referenciais teóricos nas pesquisas sobre políticas de Educação Profissional, sobre Políticas Educacionais e sobre Educação, de modo geral. Considero essa não explicitação do referencial teórico um enorme prejuízo, na medida em que, ao fazê-lo, o pesquisador poderia levar ao enriquecimento da análise das políticas educacionais e da epistemologia das políticas educacionais. (TELLO, 2009).



Apesar disso, foi possível constatar, como particularidade, que as pesquisas sobre políticas de Educação Profissional no Brasil estão fortemente ligadas ao GT “Trabalho e Educação” - GTTE. Desde a sua fundação, o GTTE carrega em seu DNA a tradição teórica e epistemológica marxista, de vertente gramsciana. Entretanto, chamou-me a atenção o fato de que, dentre os 19 trabalhos analisados na Seção 1 e que explicitaram o referencial teórico utilizado na investigação, pelo menos sete buscaram sustentação teórica e epistemológica exclusivamente em autores não marxistas, o que pode ser um indicativo de mudança nessa tendência. Contudo, não foi possível uma caracterização precisa das perspectivas epistemológicas e dos “investigadores referentes” nas pesquisas sobre as políticas de Educação Profissional no Brasil, tendo vista a escassez de dados disponibilizados pelos autores em suas teses e dissertações.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Impacto da pesquisa educacional sobre as políticas escolares. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. A. T. (Orgs). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 33-48.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the ‘implementation’ of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BERNSTEIN, B. **Estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle**. [Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Luís Fernando Gonçalves Pereira]. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOMFIM, A. M. do. **Desvendando a área de Trabalho e Educação: estudo sobre a produção e os produtores do GT Trabalho e Educação da Anped**. 2006, 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.



CUNHA, L. A. Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 111, p. 47-70, 2000.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação, Sociedade e Culturas**, v. 16, p. 133-169, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Líber Livro Editora, 2010.

GEWIRTZ, S.; CRIBB, A. O que fazer a respeito de valores na pesquisa social: o caso da reflexividade ética na Sociologia da Educação. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. pp. 100-122.

GUBA, E. S.; LINCOLN, Y. S. Fourth generation evaluation. Newbury Park: Sage, 1989. In: OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madrid: Cátedra, 1989.

MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**, Itajaí, v. 9, n.1, p. 4-16, 2009.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 303-318, 2009.

MAINARDES, J.; STREMEL, S. Grupo de pesquisa de políticas educacionais e práticas educativas – GPPPEPE: objetivos, parecerias e produção acadêmica. In: **Seminário de Pesquisa do PPE**. Universidade Estadual de Maringá, 07 a 09 de maio de 2012.

NASCIMENTO, O. V. do. **Cem anos de Ensino Profissional no Brasil**. Curitiba: IBPEX, 2007.

SEVERINO, A. J. Questões epistemológicas da pesquisa educacional. **Revista de Educação Pública**, v.19, n. 41, p. 479-496, set./dez. 2010.



SOUSA SANTOS, B. de. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

TELLO; C. Las epistemologías de las políticas educativas. In: Simposio. Actas del II Congreso Internacional Educación, Lenguaje y Sociedad: “La educación en los nuevos escenarios socioculturales”. La Pampa, Argentina, 2009.

TELLO, C.; MAINARDES, J. La posición epistemológica de los investigadores en Política Educativa: debates teóricos en torno a las perspectivas neo-marxista, pluralista y pos-estruturalista. In: **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v.1, n.9, p.1-30, Marzo. 2012.

TREIN, E.; CIAVATTA, M. O Percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. **Revista Brasileira de Educação**, Anped, n. 24, p. 140-164. set/out/nov/dez. 2003.

TUMOLO, S. A produção em “Trabalho e Educação”: esboço para a discussão de suas marcas e de suas perspectivas. **Trabalho e Educação**, v. 14, n. 1, jan./jun. 2005. p. 11-22.

WARDE, M. J. O papel da pesquisa na pós-graduação em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 73, p. 67-75, mai. 1990.

WILSON, D. N. **Reforma da educação vocacional e técnica na América Latina**. Tradução de Paulo Martins Garchet. s. l: Preal, dezembro de 1996. p. 56.